



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO DO OESTE
CNPJ: 04.695.284/0001-39

LEI Nº 3.030, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

"ALTERA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE/RO - IPRAM, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MPS Nº 1467/2022 E SUAS ALTERAÇÕES".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE**, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica equacionado o *déficit* estabelecido na avaliação atuarial de 2025, realizada no mês de maio de 2025 que será amortizado conforme a tabela do anexo único desta lei, ressaltando que as alterações futuras deverão ocorrer em janeiro de cada exercício, com exceção do exercício de 2025, cuja aplicação deverá ser imediata.

Art. 2º. O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado até 2065, a contar da publicação desta lei, o qual somará a alíquota suplementar com a alíquota normal que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.

Art. 3º. A cada exercício os índices indicados na tabela do anexo único desta lei poderão ser revistos conforme variação do déficit indicado na avaliação atuarial, sendo o plano de amortização usado como referência nesta lei.

Art. 4º. O inciso IV do artigo 11 da Lei Municipal nº 2.417, de 28 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 11 [...]


IV - O plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial anual será repassado através de alíquotas complementares mensais provenientes da Administração Direta, Indireta e da Câmara Municipal, estruturado sob a forma de aplicação de alíquotas progressivas igual a 1,40% (um inteiro e quarenta décimos por cento), o qual somará ao Custo Normal, conforme Tabela constante no Anexo Único, parte integrante desta lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação, após o período de noventa de acordo com §6º do artigo 195 da Constituição Federal, revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Laurita Fernandes Lopes, Espigão do Oeste/RO, 23 de dezembro de 2025.


Weliton Pereira Campos
Prefeito Municipal

Rua Rio Grande do Sul, 2800 - B. Vista Alegre - Espigão do Oeste/RO - CEP: 76.974-000
Contato: (69)3481-1400 - Site: www.espigaodoeste.ro.gov.br




SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **Sueli Balbinot da Silva, Procuradora Geral do Município - OAB/RO 6706**, em 23/12/2025 às 12:14, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do [Decreto nº 4.474 de 28/08/2020](#).



QUALIFICADA
ASSINATURA
ELETRÔNICA
CERTIFICADO DIGITAL
ICP - BRASIL

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **Weliton Pereira Campos, Prefeito Municipal**, em 23/12/2025 às 12:56, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 do [Decreto nº 4.474 de 28/08/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br, informando o ID **1304534** e o código verificador **7D1EF635**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	Amilton Alves de Souza	***.992.702-**	29/12/2025 08:16
2	Ilza Lima do Carmo	***.205.302-**	05/01/2026 10:38
3	Luiz Felipe Guedes da Silva	***.058.652-**	12/01/2026 07:58

Referência: [Processo nº 9-107/2025](#). Docto ID: 1304534 v1

02	FERNANDA WILL AFONSO	19/06/1988	76
03	MARKIELE ALVES DE SOUZA NEVES	28/12/1990	63,5
04	RENATA GONÇALVES CRUZ	04/08/1982	18
05	SANDRO JUNIOR DA SILVA COSTA	13/10/1994	68

SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
PROFESSOR PEDAGOGIA- ZONA RURAL			
ESCOLA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES			
ORDEM ALFABÉTICA	NOME DO CANDIDADO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA
01	ALESSANDRA WUTH ARAGÃO	16/10/1990	36
02	ANA PAULA NOARO NINKE	06/12/1996	18
03	ANDREIA ANTUNES DE SOUZA	12/08/1982	65
04	ANITA ALVES SANTANA DE OLIVEIRA	16/07/1972	68,5
05	CRISLAINE GAMA DOS PASSOS MENDES	17/01/1993	10
06	DEISY MARA NERI SANTANA	28/09/1986	70
07	JANAINA GALEANO DA SILVA	22/04/1998	10
08	KATTIUCE GRAZIELLY DE SOUZA PEREIRA	29/01/1994	57
09	MANUELA APARECIDA SALAZAR	29/05/1994	56
10	MARIA LUCIA GONÇALVES REINALDO	05/08/1978	45,5
11	MARINALVA DELFINO PIMENTA DO NASCIMENTO	04/10/1988	25
12	RAYANNE RODRIGUES GOMES	30/12/1994	22
13	ROSANGELA MORETTI DE CARVALHO	01/10/1964	76
14	SIVANILDA DE SOUZA BARBOSA	25/04/1977	73
15	VANILZA ALVES DE SOUZA PROCÓPIO	21/11/1979	76

Informamos que o prazo para interposição de recursos será de 24 a 26 de dezembro de 2025. Onde deverá ser encaminhado pelo candidato que tenha algum questionamento o formulário de recurso à comissão do Teste Seletivo por meio do correio eletrônico: selecaoemed2025@gmail.com.
O formulário encontra-se no Anexo IV do Edital - 04/2025 - SEMED.

ESPIGÃO D' OESTE - RO, 23 DE DEZEMBRO DE 2025.

COMISSÃO DO CONCURSO SELETIVO Nº
004/2025 PORTARIA Nº. 2627/GAB/2025.
Protocolo 54648

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

LEI Nº 3.030, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025.
"ALTERA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE/RO - IPRAM, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MPS Nº 1467/2022 E SUAS ALTERAÇÕES".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

- Art. 1º.** Fica equacionado o déficit estabelecido na avaliação atuarial de 2025, realizada no mês de maio de 2025 que será amortizado conforme a tabela do anexo único desta lei, ressaltando que as alterações futuras deverão ocorrer em janeiro de cada exercício, com exceção do exercício de 2025, cuja aplicação deverá ser imediata.
- Art. 2º.** O déficit mencionado no caput do artigo anterior será amortizado até 2065, a contar da publicação desta lei, o qual somara a alíquota suplementar com a alíquota normal que será estipulada a cada ano por reavaliações atuariais.
- Art. 3º.** A cada exercício os índices indicados na tabela do anexo único desta lei poderão ser revistos conforme variação do déficit indicado na avaliação atuarial, sendo o plano de amortização usado como referência nesta lei.
- Art. 4º.** O inciso IV do artigo 11 da Lei Municipal nº 2.417, de 28 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação.

- Art. 11 [...]**
- IV -** O plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial anual será repassado através de alíquotas complementares mensais provenientes da Administração Direta, Indireta e da Câmara Municipal, estruturado sob a forma de aplicação de alíquotas progressivas igual a 1,40% (um inteiro e quarenta décimos por cento), o qual somará ao Custo Normal, conforme Tabela constante no Anexo Único, parte integrante desta lei.
- Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação, após o período de noventa e um dias de acordo com §6º do artigo 195 da Constituição Federal, revogam-se as disposições em contrário.
- Palácio Laurita Fernandes Lopes, Espigão do Oeste/RO, 23 de dezembro de 2025.

Weliton Pereira Campos
Prefeito Municipal

Protocolo 54660

LEI Nº 3.032, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2025.
"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º.** Esta Lei estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Espigão do Oeste para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:
- I. O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II. O Orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a eles vinculados, da Administração Municipal Direta e Indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- §1º. O Orçamento do Município de Espigão do Oeste constitui-se em peça orçamentária única, compreendendo todas as receitas e despesas para exercício financeiro de 2026.

- CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
- Art. 2º.** O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Espigão do Oeste, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, art. 1º, §1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma das despesas autorizadas acrescida da reserva de contingência.

- SEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA
- Art. 3º.** A Receita Orçamentária a preços correntes é estimada em R\$ 188.509.434,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) desdobrada nos seguintes agregados:
- I. O Orçamento Fiscal, em R\$ 152.115.756,00 (cento e cinquenta e dois milhões, cento e quinze mil e setecentos e cinquenta e seis reais), e;
- II. O Orçamento da Seguridade Social em R\$ 36.393.678,00 (trinta e seis milhões trezentos e noventa e três mil e seiscentos e setenta e oito reais).
- Art. 4º -** A Receita do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social decorrerá através da arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital na forma da Legislação vigente e das especificações constantes no Anexo Nº 2.a Receita Segundo as Categorias Econômicas, desta lei.

- SEÇÃO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA
- Art. 5º.** A Despesa Orçamentária Total, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 188.509.434,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), por órgão e função, apresentando o desdobramento nos seguintes agregados:
- I. O Orçamento Fiscal em R\$ 139.033.993,00 (cento e trinta e nove milhões, trinta e três mil e novecentos e noventa e três reais), e;
- II. O Orçamento da Seguridade Social em R\$ 49.475.441,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e um reais).
- Parágrafo único.** Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 13.081.763,00 (treze milhões, oitenta e um mil e setecentos e sessenta e três reais) será custeada com recursos do orçamento fiscal.